

Mineração Projeto da Belo Sun Mining está orçado em US\$ 1,07 bilhão na região da hidrelétrica no rio Xingu

Grupo canadense quer extrair ouro ao lado de Belo Monte

André Borges
De Brasília

O rio Xingu vai deixar de ser palco exclusivo de Belo Monte, a polêmica geradora de energia em construção no Pará. Em uma região conhecida como Volta Grande do Xingu, na mesma área onde está sendo erguida a maior hidrelétrica do país, avança discretamente um megaprojeto de exploração de ouro. O plano da mineradora já está em uma etapa adiantada de licenciamento ambiental e será executado pela empresa canadense Belo Sun Mining, companhia sediada em Toronto que pretende transformar o Xingu no “maior programa de exploração de ouro do Brasil”.

O projeto é ambicioso. A Belo Sun, que pertence ao grupo canadense Forbes & Manhattan Inc., um banco de capital fechado que desenvolve projetos internacionais de mineração, pretende investir US\$ 1,076 bilhão na extração e beneficiamento de ouro. O volume do metal já estimado explica o motivo do aporte bilionário e a disposição dos empresários em levar adiante um projeto que tem tudo para ampliar as polêmicas so-

cioambientais na região. A produção média prevista para a planta de beneficiamento, segundo o relatório de impacto ambiental da Belo Sun, é de 4.684 quilos de ouro por ano. Isso significa um faturamento anual de R\$ 538,6 milhões, conforme cotação atual do metal feita pela BM&FBovespa.

A lavra do ouro nas margens do Xingu será feita a céu aberto, porque “se trata de uma jazida próxima à superfície, com condições geológicas favoráveis”. Segundo o relatório ambiental da Belo Sun, chegou a ser verificada a alternativa de fazer também uma lavra subterrânea, mas “esta foi descartada devido, principalmente, aos custos associados.”

Para tirar ouro do Xingu, a empresa vai revirar 37,80 milhões de toneladas de minério tratado nos 11 primeiros anos de exploração da mina. As previsões, no entanto, são de que a exploração avance por até 20 anos. Pelos cálculos da Belo Sun, haverá aproximadamente 2.100 empregados próprios e terceirizados no pico das obras.

O calendário da exploração já está detalhado. Na semana passada, foi realizada a primeira audiência pública sobre o projeto

no município de Senador José Porfírio, onde será explorada a jazida. Uma segunda e última audiência está marcada para o dia 25 de outubro. Todo processo de licenciamento ambiental está sendo conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará. O cronograma da Belo Sun prevê a obtenção da licença prévia do empreendimento até o fim deste ano. A licença de instalação, que permite o avanço inicial da obra, é aguardada para o primeiro semestre do ano que vem, com início do empreendimento a partir de junho de 2013. A exploração efetiva do ouro começaria no primeiro trimestre de 2015, quando sai a licença de operação.

Todas informações foram confirmadas pelo vice-presidente de exploração da Belo Sun no Brasil, Hélio Diniz, que fica baseado em Minas Gerais. Em entrevista ao **Valor**, Diniz disse o “Projeto Volta Grande” é o primeiro empreendimento da companhia canadense no Brasil e que a sua execução não tem nenhum tipo de ligação com a construção da hidrelétrica de Belo Monte ou com sócios da usina.

“Somos uma operação independente, sem qualquer tipo de



Vista da Volta Grande do Xingu no rio que abrigará a hidrelétrica de Belo Monte e na região onde está a jazida de ouro

ligação com a hidrelétrica. Nosso negócio é a mineração do ouro e trabalhamos exclusivamente nesse projeto”, disse Diniz.

O “plano de aproveitamento econômico” da mina, segundo o executivo, ficará pronto daqui a seis meses. Nos próximos dias, a Belo Sun abrirá escritórios em Belém e em Altamira. Hélio Diniz disse que, atualmente, há cerca de 150 funcionários da empresa espalhados na Volta Grande do Xingu, região que é cortada pelos municípios de Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Altamira.

O local previsto para receber a mina está localizado na margem direita do rio, poucos quilôme-

tros abaixo do ponto onde será erguida a barragem da hidrelétrica de Belo Monte, no sítio Pimental. A exploração da jazida, segundo Diniz, não avançará sobre o leito do rio. “A mina fica próxima do Xingu, mas não há nenhuma ação direta no rio.”

Para financiar seu projeto, os canadenses pretendem captar recursos financeiros no Brasil. De acordo com o vice-presidente de exploração da Belo Sun, será analisada a possibilidade de obter financiamento no BNDES. “Podemos ainda analisar a alternativa de abrir o capital da empresa na Bovespa. São ações que serão evidentemente estudadas por nós.”

Segundo a Belo Sun, o futuro reservado para a região da mina, quando a exploração de ouro for finalmente desativada, será o aproveitamento do projeto focado no “turismo alternativo”, apoiado por um “programa de reabilitação e revegetação”. Na audiência pública realizada na semana passada, onde compareceram cerca de 300 pessoas, a empresa informou que haverá realocação de pessoas da área afetada pelo empreendimento e que a construção de casas será financiada pela Caixa Econômica Federal. A Belo Sun listou 21 programas socioambientais para mitigar os impactos que serão causados à região e à vida da população.

MPF encontra inconsistências em relatório ambiental

De Brasília

O Ministério Público Federal (MPF) do Pará já encontrou inconsistências no relatório de impacto ambiental apresentado pela Belo Sun Mining. Uma das questões a serem esclarecidas diz respeito à presença indígena na região. Há povoados espalhados pela Volta Grande do Xingu, aldeias que são detalhadas, por exemplo, no projeto da hidrelétrica de Belo Monte. Nos estudos da mineradora, no entanto, não há nenhuma citação sobre impacto indígena. “Não há

menção porque não tem nenhuma comunidade indígena na região”, disse Hélio Diniz, vice-presidente de exploração da Belo Sun.

Para Raul do Valle, advogado especialista em direito ambiental do Instituto Sócio Ambiental (ISA), o impacto nas terras indígenas é direto. “É claro que há impacto, como acontece em Belo Monte. E ele ocorrerá não só porque o local de escavação é próximo às terras indígenas, onde haverá forte mobilização de homens e máquinas, mas, sobretudo, porque essas terras já vão sofrer com a limitação dos re-

ursos hídricos após a construção da barragem”, comentou Valle.

Na audiência pública realizada na semana passada em Senador José Porfírio, o representante da Belo Sun, Claudio Lira, disse que a Fundação Nacional do Índio (Funai) “sinalizou que concederá autorização para a empresa adentrar em apenas uma das possíveis áreas indígenas afetadas pelo empreendimento, segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará.

Na Volta Grande do Xingu, uma extensão de aproximadamente 100 km o rio ficará com sua vazão

permanentemente baixa após a construção da barragem de Belo Monte. “Isso significa que o ciclo de cheia deixará de existir e os índios e ribeirinhos terão que conviver permanentemente com a vazão de 20% do Xingu. Como se isso não bastasse, agora há um grande projeto de mineração exatamente na mesma região”, disse Valle.

A operação das minas será realizada por meio de perfuração e desmonte das rochas com explosivos, usando escavadeiras e caminhões para carga e transporte do minério. O tratamento do ouro prevê o

uso de cianeto, uma substância perigosa, mas que, segundo a Belo Sun, é essencial para a separação do ouro de outras substâncias presentes no minério. “O uso de cianeto exige rigoroso controle, mas é indispensável, adequado e seguro para esta etapa do empreendimento”, garante a empresa.

Diferentemente da hidrelétrica de Belo Monte, que tem o processo de licenciamento acompanhado pelo Ibama, a mina da Belo Sun está sob responsabilidade da Sema. “Isso é, no mínimo, estranho. Como é que um projeto dessa magni-

tude, planejado para a mesma região da usina de Belo Monte, tem seu licenciamento sob responsabilidade estadual e não federal?”, questionou Raul do Valle, do ISA.

Procurado pelo **Valor**, o Ibama informou que, por lei, é atribuição sua licenciar projetos de mineração quando esta ocorre entre dois ou mais Estados, em áreas que atingem unidades de conservação federal ou em caso de lavras de minerais radioativos. “Não existe prerrogativa legal para que o Ibama faça o licenciamento em questão”, informou o instituto. (AB)

Chevron leva multa de R\$ 35 milhões da ANP

Petróleo

Cláudia Schifner
Do Rio

Quase um ano depois do vazamento de petróleo no campo de Frade, na Bacia de Campos, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), multa a Chevron em R\$ 35,16 milhões pelo acidente, que ocorreu em novembro de 2011. A informação foi dada ao **Valor** pela diretora-geral da ANP, Magda Chambriard. As multas se referem a irregularidades identificadas pelo regulador durante a perfuração de um novo poço na área e os procedimentos que se seguiram à tentativa de deter um “kick” (descontrole da saída de gás) durante operação de injeção do fluido no poço.

Nesse acidente, que exigiu o tamponamento do poço nos dias seguintes, vazaram cerca de 3.700 barris de petróleo em alto mar. O poço em perfuração fica a 120 km da costa do Rio de Janeiro. Em março apareceu um novo vazamento no subsolo marinho, entre os campos de Frade e Roncador, cujas causas ainda estão sendo apuradas e, por isso, ainda não há decisão da agência a respeito.

A Chevron, segundo apurou o **Valor**, foi notificada na sexta-feira à tarde. No relatório sobre as conclusões após investigação do acidente, a ANP diz que ele “poderia ter sido evitado caso a Chevron tivesse conduzido suas operações em plena aderência à regulamentação, em conformidade com as boas práticas da indústria do petróleo e com seu próprio manual de procedimentos”.

Pelas 25 irregularidades constatadas pela agência, a multa potencial era de R\$ 50 milhões — acima dos R\$ 35,16 milhões que prevaleceram no final da apuração. Ao detalhar as conclusões da investigação, a ANP aponta: “se tivesse gerido corretamente as incertezas da geologia, executado as análises de risco em conformidade com a regulamentação e respeitado premissas básicas de segurança, o acidente poderia ter sido evitado”.

A plataforma de perfuração utilizada pela Chevron na época do acidente era a Sedco 706, uma das 10 sondas da empresa suíça Transocean que operam atualmente no Brasil e que respondem, segundo o advogado da companhia, Sergio Bermudes, por 15% das plataformas de perfuração hoje em atuação no país. Apesar de a ANP não ter apontado qualquer irregularidade na operação pela Transocean, ela enfrenta, com a Chevron, dois processos civis por parte do Ministério Público Federal e um processo criminal. Essas ações judiciais levaram a ANP a entrar processo para defender seu direito de regular o setor e punir as empresas.

“Não identificamos problemas no caso da Transocean. E, no caso da Chevron, entendemos que estamos absolutamente aptos a lidar com a situação”, afirmou Magda.

A Chevron e a Transocean também apelaram e querem cancelar a decisão do TRF, provocada por uma ação do MPF. Enquanto se defende na Justiça através de cinco escritórios de advocacia, a Chevron também tenta autorização da ANP para retomar a produção em alguns poços do campo de



Para ANP, dirigida por Magda Chambriard, “o acidente poderia ter sido evitado”

Frade. A Transocean tem sido mais discreta, mas contratou o escritório do advogado Sergio Bermudes, um dos maiores especialistas em contenciosos do país.

“Entramos com um recurso especial para reformar a decisão e estamos pedindo, desde logo, que se sustem os efeitos para que, imediatamente, a Transocean possa operar. Vamos pedir ao presidente do TRF que, diante do recurso especial, suspensa os efeitos da decisão 5ª turma. E se não conseguir, va-

mos pedir o mesmo ao STJ”, explicou Bermudes ao **Valor**.

No recurso, os advogados alemães que, além de não ser uma empresa de petróleo, a própria ANP não apontou qualquer irregularidade cometida por ela no país. E informa ainda que, se for confirmada a ordem para encerrar atividades locais, isso gerará prejuízo de US\$ 4 milhões por dia à Transocean. E acrescentam: a ação movida pelo MPF é “violação ostensiva” do Código de Processo Civil.

Tractebel vê chance de negócios com medidas

Energia

Rodrigo Polito
Do Rio

Ao contrário das principais companhias do setor elétrico, a Tractebel, controlada do grupo GdF Suez, vê boas oportunidades de negócios a partir dos desdobramentos do pacote de medidas de redução do custo de energia anunciado pelo governo. A companhia planeja aumentar o volume de vendas de energia no mercado livre, ocupando o espaço que ficará vago pelo montante de energia de usinas cujas concessões serão prorrogadas. Essa energia será obrigatoriamente negociada no mercado cativo.

“Se ficar como saiu a Medida Provisória [579, que instituiu o pacote], provavelmente alguns contratos no mercado livre terão necessidade de uma nova energia, porque a energia foi para o mercado cativo. E pode haver novas oportunidades para a Tractebel, que não foi atingida no caso”, afirmou o diretor-presidente da empresa, Manoel Zaroni.

Maior geradora privada do país, com 8,9 mil megawatts (MW) instalados, a empresa não foi afetada pelas regras de prorrogação das concessões vinculadas à redução das tarifas de energia. Isso porque todo o portfólio da companhia foi adquirido a partir de 1998 e recebeu contrato de concessão com 30 anos de duração. As regras previstas na medida provisória valem pa-

ra concessões de antes de 1995.

Toda a energia da Tractebel está contratada para os próximos dois anos. De acordo com o balanço do segundo trimestre, a companhia tem 479 MW médios disponíveis para serem contratados em 2015. Para 2017, esse montante disponível é de 1.596 MW médios, equivalentes a 41,1% do portfólio da elétrica. Hoje, a Tractebel negocia no mercado livre cerca de 45% da energia que produz.

O pacote também beneficiará outras empresas. Entre elas, estão consórcios das grandes hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau. Os consórcios estavam tendo dificuldades para vender a parcela de 30% da energia das usinas destinada ao mercado livre. Com o novo cenário, eles terão uma melhor oportunidade de negócio.

Segundo o presidente da Tractebel, a redução do custo da energia será maior para os consumidores das distribuidoras do que para os livres. Mesmo assim, “a redução não será suficiente para o mercado cativo se tornar mais competitivo que o livre”, ressaltou Zaroni.

O executivo prevê ainda uma queda de custos de transmissão para o grupo, a partir da estimativa do governo de redução total de R\$ 4 bilhões pela prorrogação de concessões de transmissoras. Mesmo com o cenário favorável para a Tractebel, o mercado financeiro não perdoou a empresa. Na última semana, a companhia perdeu R\$ 2,145 bilhões em valor de mercado e vale hoje cerca de R\$ 20 bilhões.